

COMO AS IMAGENS E OS DISCURSOS SOBRE TERRITÓRIOS E POPULAÇÕES PRODUZIRAM A AMAZÔNIA?

Livio Sergio Dias Claudino¹

Resumo

Esse artigo apresenta as principais imagens e discursos que foram produzidas sobre os territórios e populações amazônicas do século 16 ao século 20, demonstrando como essas foram funcionais aos exercícios de poder e processos de colonização. O texto mostra ainda como esses saberes foram produzidos e o modo pelo qual sempre são atrelados às investidas posteriores, constituindo-se sempre como novas possibilidades de mostrar e falar comparativamente sobre as populações amazônicas. O trabalho foi realizado a partir de documentos de arquivos, especialmente coletados na Biblioteca Pública do Estado do Pará, além de revisão de literatura e visitas a museus no Brasil e na França.

Palavras-chave: Indígenas, Pará, Colonização

Introdução

Esse texto coloca em perspectiva as formas pelas quais a Amazônia apareceu nos cenários de discussões nacionais e internacionais do século 16 ao início do 20, destacando principalmente aquilo que se sobressaiu: as populações, os recursos naturais e as possibilidades de transformar e tornar útil o território e as pessoas. Longe de pretender buscar continuidades, pois não se trata disso, já que o processo só é contemporâneo a si mesmo, interessa aqui o fato de que, uma vez produzidas imagens e discursos, essas sempre permanecerão como possibilidades para diversos usos. A pesquisa em arqueologia mostra bem isso, pois a cada descoberta novas interpretações e agenciamentos dos vestígios arqueológicos são retomados para novos engajamentos, novas constituições de identidades, novas lutas políticas.

Inúmeras teses recentes informam como as primeiras “visões” sobre a Amazônia dos descobrimentos têm sido reatualizadas nos processos de colonização das últimas décadas. Willi Bolle (2010, p.53), por exemplo, considera que o pensamento mitológico acerca do Eldorado e das guerreiras amazonas são como “chaves” para compreender as dinâmicas das políticas do Estado e os empreendimentos econômicos particulares recentes, incluindo as iniciativas “eco” (*business*; turismo, etc.) e também no mundo das artes. Já Edna Castro pondera que as

¹ Universidade Federal do Pará, liviosergio@ufpa.br

promessas de riquezas inexploradas e inesgotáveis que marcaram o mito fundador da Amazônia foram retomadas na constituição dos projetos de expansão desenvolvimentista do século 20, onde as enunciações “Amazônia celeiro do mundo, de matas e tesouros infindáveis”, juntamente com as matrizes conceituais “civilização, integração e progresso” retroalimentam uma contínua produção de novos mitos (CASTRO, 2010). Dutra (2005), por sua vez, analisando a produção discursivo-imagética em programas de televisão, constata que a mídia retoma narrativas coloniais em novos discursos que polarizam de um lado os recursos e de outro os habitantes, dando visibilidade aos primeiros e invisibilizando aqueles que se convencionou chamar de “povos das florestas”, criando formas contemporâneas de seduzir espectadores através do imaginário idílico fortemente arraigando, reforçando-o.

Percorrendo esse trilheiro, analisando os processos de “descobrimientos” e colonização do Brasil, e mais especificamente da Amazônia, fica evidente que muitas narrativas antecedem mesmo às investidas pragmáticas nos territórios. Quando essas ocorreram, o interior dos discursos já estava povoado de regras que definiram as possibilidades de emergência das enunciações, das práticas e também das hierarquias que deram posições para os sujeitos ocuparem, distribuindo os *status*, como bem anotou Foucault (2008). Não houve empreitada sem a constituição de saberes e de relações de poder por meio de descrições diferenciadas das populações que entraram em disputa, seus costumes e suas práticas, os recursos e seus usos, e novos circuitos de possibilidades de usos práticos e simbólicos desses recursos. Em algumas palavras, para compreender as investidas é preciso entender o que se disse e mostrou para justificar a colonização, pois aí encontraremos os dispositivos que compõem o jogo das diferenças que legitimaram as investidas sobre o território em estudos: as populações e seus costumes, os recursos e seus usos, e as possibilidades de um “novo” território.

Em termos teóricos, essa pesquisa fundamenta-se nas análises feitas por Michel Foucault (2008) sobre os dispositivos e a formação dos saberes e das relações de poder. Metodologicamente, a pesquisa passa pela busca de fontes documentais históricas, como textos bibliográficos e também outros documentos não acadêmicos, como atas, memorandos e relatórios (sobretudo aqueles disponíveis no Arquivo Público do Estado do Pará – APEP), especificamente sobre territórios e populações paraenses, em busca das imagens e dos discursos sobre os mesmos.

As primeiras imagens e os discursos que produziram a Amazônia

As primeiras e mais marcantes imagens e os mais incisivos discursos sobre o Brasil dos descobrimentos versavam sobre os indígenas e a suntuosidade da “natureza”. Enquanto a natureza fascinava pela fartura e, por isso, uma descrição encantadora, os grupos indígenas contatados tanto do litoral quanto ao longo do rio Amazonas recebiam outros olhares e descrições. Curiosamente, os primeiros grupos a ganharem fama internacional foram os Tupinambás, conhecidos pelos rituais antropofágicos. Grandes obras foram publicadas ainda nas primeiras décadas do contato dando a ver as populações originárias da *Terra Brasilis*. A de Hans Staden *Nus, ferozes e antropófagos* (STADEN, 1979)², seguida dos textos clássicos que também descreviam a antropofagia, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique*, Jean de Léry (1578)³ e a do frade franciscano francês André Thevet⁴ (1575) *La cosmographie universelle d'André Thévet, cosmographe de Roy*; além das cartas dos missionários, mas essas eram de circulação restrita. Guardadas as diferenças, todas tinham em

² O título completo do livro é *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens, encontrados no Novo Mundo, a América: e desconhecidos antes e depois do nascimento de Cristo na terra de Hessen [Alemanha], até os últimos dois anos passados, quando o próprio Hans Staden de Homberg, em Hessen, os conheceu, e agora os traz ao conhecimento do público por meio da impressão deste livro* (STADEN, 1999).

³ O livro descreve a alimentação e as práticas agrícolas, as formas de matrimônios e a poligamia, além dos rituais de guerra e de antropofagia dos Tupinambás, etc. Primeiramente Léry faz uma descrição dos corpos dos indígenas para informar que não há nada que os distinga de outros humanos, não sendo nem monstruosos e nem frágeis, embora aparentem ter mais força e muita vitalidade. Depois explica que não havia disputas por terra e nem comandos de reis ou príncipes, assim, as práticas de guerra e de canibalismo não tinham outro motivo que não fosse a vingança. Ele explicou que os Tupinambás, e outros grupos, tinham a tradição de capturar os inimigos e comê-los, vingando os antepassados que também foram capturados e comidos. Não lhes faltava de alimentos ou disposição ao trabalho e nem eram bestas humanas: o ritual fazia parte de uma cerimônia de guerra, que incluía “engordar” e insultar aquele que seria devorado durante uma grande festividade, plena de bebidas e danças (LÉRY, 1994, 2002). Tentando afastar-se dos julgamentos morais, ao final do capítulo em que falou da antropofagia, Léry chamou a atenção para crueldade em sua própria sociedade. Usou como exemplo o dia de São Bartolomeu, da França de 24/08/1572, onde milhares foram mortos e seus corpos em pedaços foram como que ofertados publicamente, devidos aos conflitos religiosos. Léry tentou demonstrar que antropofagia existia em toda parte, e a desumanidade dos selvagens deveria ser relativizada. Apresentando-os como um povo risonho, nu e selvagem, convidava a olhar para o “canibalismo” dos negociantes que sugavam o sangue dos concidadãos ou mesmo dos usuários que consumiam os meios de vida das viúvas e órfãos de sua época. Apesar do esforço de relativização, a imagem da antropofagia ainda predominava e durante todo esse período destacou-se o medo e a exotização dos indígenas, conforme apontou Lestringant no prefácio de uma versão francesa (LÉRY, 1994).

⁴ Em relação aos franceses, Thevet (frade franciscano), foi o primeiro a descrever o canibalismo dos tupinambás, e também o mito do herói civilizador. Seu testemunho foi contestado pelo protestante Jean de Léry, esse que fez de sua “Viagem” uma sátira indireta da Europa dilacerada pela guerra de religiões. Sendo também ele o portador da tese do bom selvagem que influenciou a literatura de Montaigne até Rousseau (LEROI-GOURHAN et al., 1947).

comum a descrição dos grupos indígenas que inspiravam terror. A mais famosa foi a obra de Staden que, publicada em 1557, alcançou sucesso imediato, tendo sido traduzida para muitos idiomas em seus primeiros anos. Até hoje as descrições e iconografia dessa(s) obra(s) fomenta(m) produtos literários, como romances, versões para o cinema, para o teatro, entre outras⁵. Não é para menos, afinal, embora já se soubesse da existência de antropófagos no “Novo Mundo”, naquela época, tratava-se da emocionante história de um alemão que foi ele mesmo prisioneiro, presenciou o ritual de antropofagia de que foi vítima outro cristão, mas conseguiu escapar de ser comido, e trazia ao conhecimento do público “civilizado” essa experiência horripilante (DUVIOLS, 1979).

Obviamente que o público aguardava ansiosamente o lançamento da obra. Pouco se conhecia e tudo que pudesse surgir de novo, de similar ou de exótico com o imaginário europeu, rapidamente se fixava como as possibilidades dessa parte do continente americano pleno de mistérios. Cada discurso e imagem sobre essas novas terras fixavam-se como verdades provisórias que não conheciam fronteiras bem delimitadas. Paisagens de mar e florestas, isolamentos e distâncias, guerras e cerimônias pagãs se confundiam. Se os indígenas do litoral faziam isso, imaginem os dos interiores? Não era possível definir quem praticava os rituais daqueles outros que não o faziam, e nem que tipos humanos ou feras habitavam os interiores. Hostis, antropófagos ou não, de qualquer forma, todos eram “selvagens”, pagãos e viviam nus naquela imensidão distante.

Mas a obra de Staden portava uma particularidade: as gravuras. Na época, os livros com imagens eram raros, e esse as continha em abundância (50); além disso, seu conteúdo era chocante aos leitores: um verdadeiro espetáculo. Segundo Jean-Paul Duviols (1979), analista da obra de Staden, as imagens gravadas desempenharam um papel muito importante na leitura do texto, influenciando toda a iconografia posterior sobre a América, da mesma maneira que as descrições antropológicas o fizeram (como no caso da cartografia que deu origem aos Globos de Luis XIV). Texto e imagens mostravam, descreviam e narravam cenas de uma América

⁵ 4 O filme brasileiro Hans Staden, da Lapfilme, lançado em 1999 (92 min.; direção e roteiro Luiz Alberto Pereira) “conta a história de Hans Staden, viajante alemão que, em 1550, naufragou no litoral brasileiro. Depois de algum tempo, foi capturado pelos índios Tupinambás e levado para a Aldeia de Ubatuba onde seria devorado num festim antropofágico. Mas com sorte e astúcia ele poderá escapar do seu destino” (apresentação do trailer do filme disponível no YouTube). Tem também a peça Nus, ferozes e antropófagos, da Companhia brasileira de teatro, estreada em 2014 na França, tendo sido apresentada nos dois países (informações disponíveis em: <<http://www.companhiabrasileira.art.br/nus-ferozes-e-antropofagos-apresentacao/>>. Acesso em 13 jan. 2016).

angustiante e selvagem; em conjunto revelavam o desconhecido em movimento com uma vivacidade que ultrapassava de longe os antigos escritos de aventura.

A experiência do cativo inundava as palavras e os traços das gravuras. Essas últimas forneciam informações quantitativas e qualitativas que não tinham por objetivo conduzir o olhar à contemplação da beleza ou do terror, mas ao duplo jogo da “imagem-texto”. Davam a ver o nunca visto – assim como posteriormente as Exposições – e anunciavam as características do conflito que se desenrolaria entre o “Velho e o Novo Mundo”. Os grafismos, segundo Duviols, seduziam pela novidade e, ao mesmo tempo, eram fontes de precisão topográfica dos eventos. Conduziam o leitor pelos lugares, tornando-os familiares, com uma evidente preocupação em mostrar a verdade dos relatos e dos eventos. As imagens, organizando uma sequência visual dos discursos, introduziam a dimensão temporal que se juntava à dimensão espacial informando, às vezes, o que o texto não podia dizer, fornecendo, nas palavras de Duviols, “un cadre et une forme que le texte écrit vient remplir. La gravure offre un moule au texte qui s’y coule” (DUVIOLS, 1979, p.10).

Até então, predominavam as representações dos ameríndios como sendo povos da Índia ou associando-os às lendárias guerreiras Amazonas. Essas novas representações, especialmente a de Staden, abriam novas possibilidades de enunciações e visibilidades, onde o medo ocupava um lugar especial: “La peur qu’elle inspirait exigeait qu’on la représentât sur étal de boucher, avec une abondance de désordre et de membres dispersés” (DUVIOLS, 1979, p. 12). Apesar de todas as possibilidades para os cristãos, o novo continente era hostil e diabólico. O relato da destruição de um corpo humano e a sua ingestão por pessoas aparentemente calmas e risonhas davam às cenas características profundamente chocantes para o espectador europeu do século 16, fazendo com que as crueldades na própria Europa parecessem até menores que a dos ameríndios. Apesar de tentar destacar também a vida cotidiana dos Tupinambás, a obra de Staden terminou por possibilitar uma condenação moral para com os indígenas.

Além desses livros, mais literários e etnográficos, as cartas dos jesuítas enviadas desde o Brasil para Portugal foram outro foco de representações. Os escritos dos missionários, abrangendo o período de 1549-1570, demonstram que o entusiasmo dos primeiros tempos de contato – onde transparecia a perspectiva de um futuro radiante em que o Brasil se abria com um espaço infinito ao cristianismo – vai gradualmente dando lugar à “représentation d’un monde de peur et de joie, d’exaltation et de cruauté [...]”. La peur d’Être dévoré, récurrente dans ces textes, est donc à la fois concrète et symbolique” (LABORIE, 1998, p. 25–26). O temor de

serem devorados é constante e, assim como outros intérpretes da colônia à época, os jesuítas começaram a gradualmente reduzir as diferenças entre os grupos como sendo apenas de indígenas pacíficos ou agressivos. E essa simples distinção abria as possibilidades de se combater, utilizar seus serviços, transformar ou eliminar os diferentes grupos e os seus costumes e práticas.

As imagens dos Globos de Coronelli, feitos em Paris entre 1681 e 1683 e oferecidos ao rei Luis XIV, são um exemplo disso. Trata-se atualmente da peça mais monumental dos acervos da Biblioteca Nacional da França e oferecem uma representação sintética do céu e da terra, como uma cartografia completa e mais avançada da época. O destaque à antropofagia que ocupa a maior parte do Brasil, e ainda predominam nas representações atuais destinadas às pessoas com deficiências visuais e auditivas, evidenciam a visão geral do Brasil Central das proximidades do curso do rio Tocantins e Araguaia. Na tela interativa de explicação da representação, atribuída em 1722, assim está escrito (BNF; CORONELLI, 1722):

Des sauvages anthropophages. Tous les sauvages de l'Amérique sont anthropophages. Herrera parle de quelques-uns de la province de terre ferme qui mangent leurs morts, jusqu'à leurs plus proches parents, celle de leurs ennemis crue et toute palpitante et enfin qui tiennent boucherie de chair humaine (BNF; CORONELLI, 1722).

Nesses primeiros momentos, o foco da maioria dos expedicionários se direcionava aos recursos “disponíveis” e às suas possibilidades, não apenas para explorar, mas também para colonizar. Assim foi na primeira travessia europeia no rio que foi chamado, desde então, de Amazonas, encetada entre os anos 1541-1542 por Francisco de Orellana e o frei Gaspar de Carvajal, saindo de Quito⁶. Bolle (2010) nos mostra como essa viagem pioneira de descobrimento serviu como texto fundador da Amazônia, já apresentando um projeto de colonização que incluía a dominação sobre os indígenas. O relator da expedição capricha a pena nas descrições vantajosas da terra, dos produtos naturais com propriedades medicinais e mercantis e, também, nas possibilidades de encontrar um lugar encantado de onde brotava ouro de um lago⁷. Como ponderou Bolle, depois de relatar as dificuldades e as lutas armadas contra os indígenas⁸, Carvajal destacou em seu relatório “os recursos e a opulência da região, com vistas à futura colonização” (BOLLE, 2010, p. 45).

⁶ Orellana foi inspiração para o filme Indiana Jones e o Reino da Caveira de Cristal (Indiana Jones and the Kingdom of the Crystal Skull), de Steven Spielberg, 2008 (BOLLE, 2010).

O projeto da expedição era claro: “fazer com que aquela terra e aquela gente bárbara sentissem respeito aos que a conheceram [...] porque isso equivaleria a servir a Deus Nosso Senhor e ao Rei Nosso Senhor”, a fim de que futuramente se “pudesse estender com mais facilidade a sagrada república, a fé cristã e a bandeira de Castela” (BOLLE, 2010, p.45). Bolle enumera alguns indicativos, a partir do relato de Carvajal, de que o projeto de colonização da região já estava bem elaborado, entrelaçando a descrição da fertilidade das terras, da existência de pastagens, das minas de ouro e das mulheres guerreiras (Amazonas). Essas, que na descrição da expedição, eram “muito brancas e altas, de longos cabelos loiros e musculosas” dominavam grande parte das tribos das regiões e recebiam tributos em serviços ou outras formas. Não era apenas o que hoje entendemos por mito, mas a indicação de que ao longo das margens do rio Amazonas já “havia implantado um tipo de colonização” (BOLLE, 2010, p. 48). Assim, os diversos grupos indígenas já estariam acostumados ao exercício do poder por parte das mulheres brancas e altas... como os europeus. Era só tirar o poder das mãos dessas guerreiras, que eles mesmos, em sua pequena expedição, já demonstraram poder vencer, tomar posse das riquezas e estabelecer o governo.

Dessa forma, seja entrando pelo Nordeste, Norte e Oeste, diferentes frentes de descobrimento, colonização e catequização avançavam para aquela parte da colônia. Essas movimentações disseminavam o mito do ouro fácil, das terras férteis e paradisíacas, dos indígenas bravios e antropófagos. As disputas, não apenas pelos recursos, mas pela legitimidade das ações, estavam apenas começando. Muitos grupos distintos se encontravam no território: os indígenas, os missionários e os viajantes mais esporádicos de diversos países (como Portugal, Espanha, França, Holanda), alguns homens e crianças abandonadas pelos navios para procurar madeiras, outros pobres e os condenados que eram enviados em um regime de condicional (conhecidos como os “degredados”), os colonos ricos que possuíam terras, os funcionários reais e os escravos (LABORIE, 1998). Inúmeros mapas e relatos das expedições direcionavam os caminhos, descreviam os recursos e classificavam as populações e os seus costumes. Nesse ínterim, o relato do expedicionário Orellana no Amazonas “constituía-se uma bem elaborada ‘construção discursiva’ – bastante persuasiva para poder despertar [...] o gosto de colonizar a Amazônia” (BOLLE, 2010, p. 48).

O indígena passou a ser tratado como um *problema* a resolver, pela força e pela fé. E, não há força social e nem fé sem discursos. Dependendo de seu temperamento, esses poderiam apoiar o trabalho dos colonizadores ou impedir, e a intensidade dos medos que provocavam

legitimavam as formas de ação, seja a catequização, a escravização ou a eliminação nas “guerras justas”. Só seriam tolerados e aceitos aqueles que tivessem comportamento moral, sexual ou de trabalho parametrizados com as normas predominantes vindas dos colonizadores (especialmente clericais). A proibição do massacre e escravização dos indígenas, promulgada pela rainha da Espanha, Isabelle a católica, em 1503, não se aplicava aos antropófagos e nem para as situações de “guerra justa”, abrindo a brecha para o comércio de indígenas que eram prisioneiros das tribos inimigas (EXPLORATEURS, 1997). Afrouxando ainda mais as possibilidades de escravização, o alvará de 28 de abril de 1688 permitia que fossem escravizados os indígenas capturados em guerras ou ações de resgate “justas”, sendo que as anotações feitas pelas tropas serviam como comprovação da condição de cativo, o que possibilitou o comércio ilegal de escravos indígenas (SOUZA E MELLO, 2007).

A colonização prosseguiu e, como é de conhecimento geral, muitas outras expedições aconteceram no decurso dos primeiros três séculos ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, mas nenhuma que percorresse todo o Xingu. Entre as expedições posteriores pelo Amazonas, a mais célebre é a do francês Charles Marie de La Condamine (2000), realizada entre os anos de 1735-1745, também partindo de Quito e atravessando o Amazonas, seguindo a mesma rota que Orellana fizera dois séculos antes. Ele tomou as medidas do rio e a profundidade, corrigindo algumas numerações dos anteriores, mostrando um interesse especial pela fauna, flora (com forte interesse pelos venenos e poções indígenas), tendo sido pioneiro em descrever e dar a conhecer aos europeus, de maneira mais sistemática, as propriedades do látex (EXPLORATEURS, 1997). La Condamine encontrou os indígenas menos agressivos que para com Orellana, depois de dizimados pelas doenças e pela captura para escravização. Para ele, Orellana havia exagerado nos relatos da bravura e ponderou que os canibais ou indígenas muito bravos tinham deixado as margens do rio, deslocando-se para os interiores (BOLLE, 2010).

Apesar dos espanhóis terem sido os primeiros a “descobrir” o Amazonas e a navegar sobre suas águas, foi essa a expedição que se consagrou como aquela que atravessou e realmente produziu um verdadeiro saber, sendo considerada a primeira viagem científica a se valer de aparelhos de cartografia e de observação bem sofisticados. Ao final de sua missão, La Condamine, tinha todos os elementos para produzir mapas, gráficos, etc., resultados das observações de plantas e seus usos, da geografia, da fauna, dos habitantes e de seus costumes. Na literatura brasileira ele é visto de forma amigável pelas informações que produziu sobre a região (LEROI-GOURHAN et al., 1947).

La Condamine esteve determinado a confirmar a veracidade dos escritos dos antigos exploradores sobre as mulheres guerreiras. Capturado pelos mitos das amazonas e do Lago de Eldorado, enunciados por Orellana, pelo frei Gaspar de Carvajal e também pelos padres Aucuña e Fritz, La Condamine passou a reavivar esses mitos, fazendo-o circular por todas as povoações por onde passou em busca de informações. Ele, durante uma boa parte de sua jornada, fez desses mitos seus objetos de busca, realmente encantado com as possibilidades. Ao final, pode perceber que eram fatos sociais, provindos da ânsia europeia de remontar mitos clássicos e também das condições das mulheres indígenas, às vezes vivendo como escravas dos homens que constantemente partiam em guerra. De qualquer forma, desde seu barco “piroque” ou de um maior, “Il nous décrit un espace hostile et inconnu. Il découvre les îles par les contours, de manière superficielle. Il parcourt d’immenses forêts, sous un climat constamment pluvieux, à travers des torrents, franchissables par des ponts de lianes ou des rivières traversées à gué”, tendo sido seus escritos confirmados por Humboldt et Bonpland, em 1799 (MULLER-WIRTH, 2008, p. 114).

Pode-se dizer que os textos de La Condamine fazem parte da transição entre o novo racionalismo e o racionalismo do século dito clássico. Esse novo racionalismo se baseava sobre campos empíricos, com regras lógicas e critérios racionais, propondo que o conhecimento da natureza se dava pela descrição e classificação das espécies, indicando que o Amazonas é “um outro mundo, acessível, mas diferente, hostil e exótico” (MULLER-WIRTH, 2008, p. 115). Um certo aprendizado sobre como lidar com esse novo mundo desenvolvia-se gradualmente à luz dos conhecimentos naturalistas, missionários, entre outros, provocando mudanças constantes nas regras, nos enunciados, enfim, na forma de ver e de falar sobre e com as populações na Amazônia. O aprendizado não era apenas acerca dos elementos naturais.

Em termos de experiências em relação às populações, parece que o século 18 constituiu-se como um certo laboratório desse jogo da diferença e do “fazer querer” (LOPES, 2000 *apud* DUTRA, 2005). Desde a metade daquele século, o rei de Portugal envia a Francisco Xavier de Mendonça (capitão-general do Pará e Maranhão) as instruções para que nenhum indígena fosse feito de escravo “por nenhum princípio ou pretexto” (LOPES, 2000 *apud* DUTRA, 2005 p. 63-64). Esses deveriam ser atraídos voluntariamente e deveriam ter a liberdade para decidir se engajar nos empreendimentos da coroa portuguesa, mas recebendo uma justa compensação pelos seus trabalhos. Essas instruções deveriam ser repassadas de forma a convencer os colonizadores das vantagens de se ter “homens” que lhes queiram servir, sem a

necessidade de força bruta, ou seja, “uma empreitada que contasse com a colaboração do indígena” na submissão de seus corpos e almas, valendo-se do jogo da diferença entre colonizador e colonizado. Esse processo de persuasão equivalia a uma “racionalização do programa de colonização” em que a legitimidade se daria pela “premissa da suposta incompetência para [o outro] autodeterminar seu destino” (LOPES, 2000 *apud* DUTRA, 2005 p. 64). Isso não quer dizer que as ações violentas deixaram de existir, mas a experiência dos colonizadores nos séculos anteriores já havia ensinado que mais do que força e violência, naquela região era preciso construir estratégias para o engajamento.

Conhecendo e apresentando territórios e populações sob um novo olhar racionalista

A Amazônia, de uma maneira geral, sempre foi, singularmente, um espaço de muitas possíveis transgressões, de nomadismos, de fugas, de esconderijos e de insurgências contra os poderes imperiais²⁰. Os rios e suas cachoeiras, as árvores, o clima e uma enorme variedade de insetos, doenças e animais perigosos, além dos indígenas à espreita, tornavam aquela região uma das mais “selvagens” que o império português tinha de lidar. Além disso, desde o ponto de vista da constituição de um território agroprodutivo, o conjunto de singularidades regionais fez surgir inúmeras estratégias para controlar o território que não podiam ser apenas copiadas de outras experiências, e nem serem reduzidas a uma história geral dos ciclos econômicos ou das trajetórias tecnológicas, como se cada uma, mesmo que interdependente, tenha podido constituir as transformações desde um possível lado de fora; como se nunca se tivesse de lidar com toda a diversidade local e suas microtransgressões aos modelos de governo.

Os movimentos direcionados a conhecer territórios e populações nos interiores da Amazônia do sul do Pará se intensificaram principalmente após 1850. Alguns inquiridos, partindo do ministério da agricultura, direcionados aos presidentes da província do Pará, definiam como prioridades conhecer as vias de circulação hidrográficas (profundidade, direção das correntezas, períodos de trafegabilidade, etc.) e de estradas por terra. A intenção era, urgentemente, facilitar o trânsito de mercadorias e pessoas pelos rios que ainda continuavam a ser domínio do “selvagem”, pelo menos em algumas partes⁷. As cachoeiras e as variações de trafegabilidade, que acompanhavam o regime de chuvas e, principalmente, os indígenas, se constituíam empecilhos aos fluxos e aos estabelecimentos demográficos desejáveis. Todas as

⁷ Arquivo Público do Estado do Pará APEP - Secretaria da Capitania, ofícios do ministério dos negócios da agricultura, commercio e obras públicas. Circular de 12 set. de 1866. Códice 1396.

incursões por água eram arriscadas e de difícil locomoção, mas havia muito interesse em transformar o Xingu em uma rota de comércio. Esse que era, destacadamente, um dos mais perigosos e menos conhecidos, e até mesmo as suas coordenadas geográficas não estavam bem definidas próximo da última década do século 19.

Uma exploração mais intensa já tinha ocorrido a sudeste da província, na área abrangida pelos rios Araguaia e Tocantins, já explorados como vias comerciais, saindo de Belém rumo à província de Goyas⁸ e Mato Grosso. Apesar de difícil, a travessia nos rios Tocantins e Araguaia era superada pelos barqueiros que conheciam os trajetos e os meios de conduzir as embarcações, de forma que, no século 19, grandes embarcações (botes mineiros) “navegavam os rios Araguaia e Tocantins fazendo o transporte de couros secos provenientes de Goiás para comercializar no Pará. No regresso, vinham carregados de sal e outros gêneros daquela província” (ERTZOGUE, 2014, p. 50). As viagens eram anuais, feitas quando os rios estavam cheios e duravam em torno de seis meses para completar o percurso de ida e volta. Uma das dificuldades era que alguns grupos indígenas resistiam, e até mesmo impediam a passagem por alguns locais, por vezes entrando em confronto direto (ERTZOGUE, 2014). Mas esse não era o único problema. Como destacou o general Couto de Magalhães, em seu relato empolgante de convite à exploração, além das cachoeiras, os locais eram desertos, causando temor nos viajantes que não tinham para onde pedir ajuda em caso de acidentes, doenças ou deserções da tripulação, que eram frequentes (muitos remadores eram indígenas e fugiam) (MAGALHÃES, 1957).

Para superar as dificuldades referentes aos isolamentos, uma das soluções adotadas, no século 19, foi a construção e fortalecimento de alguns presídios militares ao longo das margens dos rios Araguaia e Tocantins. Como se referiu Jerônimo Coelho, desde a província do Pará em 1850:

A fundação desses Presídios muito concorrerá para animar e regularizar as comunicações fluviais entre esta Província e a de Goyaz pelo rio Araguaya, cuja navegação é na actualidade difficil e arriscada, pela falta de pontos intermediários ou estações, onde os viajantes encontrem proteção contra algumas tribus de índios bravios, socorros nos casos de enfermidades, que costumaõ a sobrevir em taõ morosa

⁸ O ofício de 20 de abril de 1866, da diretoria central do Ministério dos negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, trata da viagem que um comerciante faria, partindo de Belém rumo ao Goyas, pelo rio Araguaia em um arco carregado de sal e 30 tripulantes. Destaca-se a importância da mesma ao fortalecimento dos laços comerciais entre as províncias e constituição de uma rota de comercio (APEP - Secretaria da Capitania, ofícios do ministério da agricultura). Códice 1396. 20 de abril de 1866.

navegação, e que sirva de depósitos de viveres e outros misteres próprios para o consumo e comodo das viagens⁹.

A meta era, ao mesmo tempo, assegurar as rotas comerciais e estabelecer as condições para o povoamento. E assim, desses presídios militares se formaram algumas vilas e depois cidades, que nasciam como pontos de passagem ou de abastecimentos e proteção. Além do combate aos indígenas e possíveis outros “invasores”, embora nessa época a questão do enfrentamento contra os estrangeiros não era mais tão importante, serviam também como pontos de manutenção das embarcações. Eram os indígenas que resistiam às tentativas de estabelecimentos de povoações, por vezes atacando os pontos de construção dos presídios. Nesse período houve grande interesse do império em melhorar a navegação, aproveitando tecnicamente as vias da bacia dos rios Araguaia e Tocantins, com o fim de estabelecer uma comunicação comercial do centro do Brasil com o litoral, expandindo a povoação e o controle da região, sendo que a navegação a vapor por esses rios foi inaugurada em 1886 (ANDRADE; BASTIANI, 2012).

Já em diversas partes do rio Xingu, o processo foi um pouco distinto, sendo a exploração mais tardia, embora com algumas dinâmicas similares. Não são abundantes os registros de viagens nesse rio até a metade do século 19. Algumas expedições de missionários já tinham acontecido, como a dos jesuítas, pelo baixo Amazonas, durante o processo de “domesticação” dos indígenas Jurunas, por volta de 1637, e a do padre alemão Rochus Hundertpfund que, em 1750, tinha ido até o 4º latitude Sul, e alertado sobre os grupos canibais, mas nunca uma travessia completa (THIEME, 1993; VON DER STEINER, 1942 [1886]). Em geral, esses expedicionários sempre traziam a notícia das grandes cachoeiras e corredeiras, além de grupos indígenas belicosos e canibais, desestimulando as investidas.

Uma das expedições conhecidas no século 19 foi a de Adalberto, príncipe da Prússia (1811-1873), que era então almirante da frota de seu país. Sua viagem exploratória foi desde a foz do Xingu até as proximidades de Piranhaquara, em 1842. Embora não se trate de uma expedição que rendeu publicações de grande impacto, o empreendimento desse viajante foi importante para as investidas futuras. Como considerou Steinen, “ele conseguiu adiantar-se a uma altura que nenhum branco havia alcançado, fornecendo assim as primeiras notícias exatas, dignas de figurarem um em um mapa. [...] [além disso] os colonos do lugar ainda não haviam

⁹ APEP - Secretaria do Governo. Relatório Estadual n. 2. Relatório do presidente da província Jerônimo Francisco Coelho. 1848-1850.

esquecido a viagem do príncipe”, quando o próprio Steinen fez sua expedição (VON DER STEINEN, 1942, p.28). Além da formulação de outros conhecimentos, constituição de relações e memórias, tendo o príncipe Adalberto um grande interesse por as armas e estratégias de caça e guerra, seu livro de viagem apresenta, com intensidade e um razoável detalhamento, algumas características do arsenal de caça e guerra dos Jurunas, falando dos tipos, dos tamanhos, das diferentes formas, dos materiais utilizados – madeiras, fibras, ossos, espinhas, pedras, penas, etc. –, do peso, dos segredos e especificidades de cada um dos tipos de flecha, etc. Seu livro também retoma a historiografia e os relatos dos outros viajantes e faz um esboço da hidrografia, das lendas, do clima (faz medições da temperatura do ar e da água em muitos pontos), dos animais, das plantas e das populações humanas, apontando os produtos comercializados (incluindo a abundância de seringais e dos produtos bovinos), relatando também os conflitos entre alguns grupos indígenas sendo alguns canibais (ADALBERTO, 2002 [1847]).

Embora não tanto popular, abriu caminho para as posteriores, sendo lido e citado pelos viajantes que o sucederam. Como aparece nos relatos das expedições realizadas pelo etnólogo e etnógrafo alemão Karl Von den Steinen (em 1884 e a segunda em 1888), sendo que a inaugural é tida como a primeira viagem completa pelo rio. Steinen, que para alguns antropólogos, pode ser considerado o iniciador dos métodos de investigação científica dos povos “primitivos” na etnologia brasileira, foi pioneiro “a sair em busca de estudos essencialmente etnológicos”, que tiveram grande importância também geográfica. O etnólogo estava interessado em estudar as diferenças culturais para compreender como ocorrera a evolução cultural da humanidade. Sua tarefa era coletar dados e testemunhos das origens da humanidade o mais rápido possível, já que os grupos “primitivos” estavam desaparecendo, seja pelo extermínio, pelo contato ou pela assimilação. Escolheu o rio Xingu por acreditar que ali poderia encontrar grupos em estágios “primitivos” (THIEME, 1993, p. 38). Apesar do interesse pessoal mais voltado ao estudo etnológico, sua viagem de exploração também respondia aos interesses estratégicos de expansão dos domínios comerciais e políticos do império.

Steinen produziu uma vasta bibliografia sobre os grupos indígenas ao longo dos dois trabalhos, e sua obra contém uma significativa iconografia das populações e seus modos de vida. Cabe destacar que ele fez descrições densas sobre a agricultura e práticas de criação de animais dos diferentes grupos, arriscando inúmeras comparações e classificações entre os indígenas xinguanos e outros localizados mais ao centro do país. Descreveu práticas de pesca, caça e preparo dos alimentos; sobre as técnicas de tecer e fiar; suas habitações; seus modos de

dormir e de comer; a matemática e suas formas de raciocínio; identificou os grupos mais ou menos belicosos, etc. Seu maior interesse foi na linguagem, tendo ele feito uma enorme contribuição ao conhecimento e sistematização das línguas indígenas da região, além de ser um dos responsáveis indiretos pela criação do Parque Indígena do Xingu (ENCICLOPÉDIA, 2016). Em sua segunda viagem conseguiu montar uma esplendorosa coleção de artefatos destinados a enriquecer o museu de Berlim, levando também parte da cultura material para compor acervos museológicos em outras partes da Europa (THIEME, 1993).

Ainda naquele século (no ano de 1896), a expedição mais conhecida e de maiores efeitos, foi a do explorador francês Henri Coudreau, contratado pelo governo do Pará. Foi a viagem que melhor definiu a hidrografia e geografia, além da localização dos campos nativos e grupos indígenas. Coudreau aos poucos foi coletando artefatos encontrados nas malocas abandonadas, ou por onde passava, produzindo imagens dos locais e artefatos, incluindo armas, vasos, etc. Em conclusão de seu relato, informa que as condições de vida são difíceis, tanto para o extrativista que vai trabalhar nos seringais virgens, quanto para o colono que quiser implantar a agricultura, pois ninguém ainda não o fazia. Porém, aponta que há muitas calúnias e desinformações que apenas desencorajam os empreendimentos, sendo que os obstáculos estão bem caracterizados e que os interessados em investir na colonização sabem quais são, tendo também o Estado o poder de superar tais empecilhos (COUDREAU, 1897). Destacou também que é difícil realizar um levantamento estatístico das circulações de mercadorias no interior da província, pois as informações são desconstruídas, havendo fluxos que não passam pelos canais formais que eram os Fortes.

Analisando esse conjunto de registros, vemos a constituição de um campo em que os missionários primeiro, seguidos por outros viajantes mais “curiosos”, estudiosos dos domínios das ciências naturais e ciências humanas, comerciantes, aviadores e funcionários do governo, cada qual valendo-se do caminho aberto pelos anteriores, iam tecendo novas relações com os territórios e suas populações, formulando novos conhecimentos e possibilitando distintos planejamentos e outros focos de luz sobre as pessoas e os territórios. As expedições – com suas especificidades – permitiram a produção de informações muito variadas que se tornaram um mapa fundamental à efetivação do domínio colonial, incluindo aqui a materialidade da ocupação e a construção de imagens e discursos. As possibilidades de comparação entre os diferentes territórios, os distintos grupos indígenas e as múltiplas funcionalidades iam se tornando cada vez mais consistentes.

Há duas questões importantes que é preciso tratar sobre os conhecimentos que se formavam sobre os indígenas e suas práticas agrícolas e o fluxo de instrumentos e ferramentas da cultura material. Esses registros das expedições realizadas nas imediações do rio Xingu, ao longo do século 19, também se tornaram uma rica fonte para a formação do conhecimento agrônomo formal que avançava; seja para amparar-se nele ou para negá-lo. Além de relatórios, cartas, outros manuscritos e palestras produzidas pelos viajantes, missionários e etnólogos, os objetos da cultura material passaram a integrar vários circuitos acadêmicos, museológicos ou das economias de mercados. Instrumentos e ferramentas de caça, de pesca, de agricultura, de guerra, etc., apesar dos destinos imprevisíveis, em geral, tornavam-se peças para exposição ou decoração, em lugares públicos, privados ou mistos – nas residências, estúdios de artistas, jardins particulares, museus, feiras, salões governamentais, locais de ensino, etc. –, como ainda hoje se pode constatar nos países colonizadores ou mesmo nos centros urbanos de cidades colonizadas.

Não se pode esquecer que, com finalidades diversas, dependendo do local e usos, a forma expositiva dos objetos nos museus tem por finalidades principais informar, proporcionar conhecimento e até lazer (CHELINI; LOPES, 2008), envolvendo o delicado jogo das memórias e do esquecimento. Como ponderou Mário Chagas, os próprios museus podem ser vistos como “‘lugares’ dos projetos revolucionários” onde as memórias (selecionadas) poderiam ficar a salvo dos esquecimentos. O surgimento da lógica dos museus são, para esse pesquisador, projetos de exaltação da civilização, elogios à nação e demarcação de posições da classe burguesa enquanto produtores dos valores clássicos ocidentais e, por isso, privilegiam as obras de artes consagradas e os artefatos de povos “primitivos” e dos países colonizados. Chagas ainda destaca que o próprio esquema disciplinar dos museus funciona pela constituição de relações de poder a partir do agrupamento de seres, coisas e imagens, pela atribuição de sentidos, nomeações e funções específicas, fazendo com que as coisas venham a se constituir como “memórias da natureza e da vida, excluídos do campo das relações, [...] enquadrados nas *gavetas naturais* da ordem da repetição” (CHAGAS, 2002, p. 39).

Fazer circular e ao mesmo tempo imobilizar, retirando os objetos indígenas de seus usos e de seus sistemas simbólicos, demonstrava de maneira eficaz o domínio sobre aqueles vencidos, já que suas armas – tão temidas – eram então expostas. Como principais pressupostos de que os indígenas “estavam desaparecendo” ou sendo assimilados, recolhiam-se mais e mais objetos⁴⁰ que, de fato, eram também despojos de povos “em vias de extinção” ou tratados como

“vencidos”; seus bens ganhavam novas pátrias. Ao mesmo tempo, em não sendo propriamente achados arqueológicos, pois estavam em uso e contínua produção, a circulação dessas armas e instrumentos de guerra, de caça, de agricultura, de pesca, etc., permitiam a formulação de conhecimentos sobre os mesmos. Seus segredos podiam ser revelados. Desde os venenos e poções indígenas, que tanto interessaram a La Condamine no século 18, os modos de fabricar as armas, os materiais (que interessaram a Adalberto da Prússia) e os respectivos locais onde se achavam as fontes, a força corporal aplicada nos disparos das flechas, as distâncias que podiam alcançar, etc., quase tudo se tornava visível, podia ser mapeado e calculado.

Os símbolos, as armas, as ferramentas agrícolas e as poções venenosas poderiam receber um lugar em alguma galeria, em livros didáticos, em manuais de culinária ou de sobrevivência na selva que inundaram as livrarias no século 20, e, principalmente, serem usadas contra os grupos. Esses conhecimentos, tanto dos sistemas simbólicos quanto dos elementos da cultura material, foram utilizados nas lutas travadas durante os processos de colonização, tanto nas práticas pragmáticas de guerrilha quanto na produção de imagens e discursos. A interdição ao acesso a territórios de recursos, o envenenamento proposital de fontes de água ou a contaminação de utensílios e vestimentas com doenças (valendo-se dos conhecimentos e das relações estabelecidas com os missionários e outros viajantes)¹⁰, e ainda a produção iconográfica e discursiva que colocava os indígenas como perigosos, preguiçosos, ou colaboradores, etc., foram todas estratégias utilizadas pelos colonizadores, apoiando-se dos redes pretéritas que gradualmente se formavam sobre os diferentes grupos. Os conhecimentos sobre as práticas agrícolas e de caça permitiram a construção de discursos que colocavam a agricultura indígena – itinerante, rotativa, etc. – como incipiente, atrasada ou, até mesmo, como a responsável pelos desmatamentos, formação de pastagens em boa parte da Amazônia. Enfim, a ampla rede de saberes que se formava sobre as pessoas e seus artefatos podiam e sempre foram utilizados de formas imprevisíveis.

Cada viagem de exploração realizada por estudiosos ou missionários, apesar das boas intenções, e de, em casos específicos, produzirem efeitos como a criação de áreas de proteção (que também não deixam de ser formas de controle dos nomadismos e dispositivos de controle

¹⁰ Muitas referências a essas estratégias etnocidas são relatadas. Por exemplo, a guerra bacteriológica que praticada por seringalistas no Acre, que para as tribos mais amigáveis e já acostumadas com o contato, eram distribuídas roupas infectadas com rubéola (GHEERBRANT, 1993). Renato da Silva (1970, p. 247), lembra: “As tropas que saíam em busca de índios brasileiros para escravizar, tinham o costume de colocar armadilhas e não poucas vezes envenenar a água. Alguns colonos portugueses, diabòlicamente, dependuravam nas matas camisas e outras peças de vestuário infeccionadas, pertencentes a doentes de varíola, a fim de alastrar a peste entre os selvagens”.

e visibilidade), trazia consigo a condição de diminuir cada vez mais as possibilidades de esconder-se ou fugir – essa que é uma estratégia fundamental de resistência e enfrentamento nômade. A empolgação para “tirar do isolamento” e da selvageria movia muitos viajantes bem-intencionados que produziam inúmeros mapas de localização das fontes de recursos naturais, das armas, das linguagens, da agricultura e pecuária e dos modos de vida que vieram a servir como valiosos tesouros nos processos de conquista e depois de atração para outros colonos desejáveis.

Ainda no início do século 20, houve uma frente de trabalho para desmitificar discursivamente a insalubridade da região, promovendo a atração de estrangeiros para formar uma nova população. A leitura dos dois Álbuns do governo (o de 1899¹¹ e o de 1908¹²) deixa muito evidente a grande preocupação em desmistificar que o clima da região é insalubre, que havia muitos insetos tornando insuportável a vida civilizada, que se podia morrer de insolação, que havia antropófagos, que a mortalidade por doenças infecciosas era elevada. Boa parte dos números e argumentos que passaram a compor os Álbuns têm fundamento nesse escrutínio. O Álbum de 1908 (p.5) é aberto com a expressão “*O Valle do Amazonas em futuro não muito remoto será um centro de civilização e o celeiro do mundo inteiro*”, rememorando a frase de A. Humboldt, dita no texto *Viagem a regiões equinoxiais* (publicado em 1800). Como nas citações abaixo, ao longo de todo o texto do Álbum de 1908 há um enorme esforço em comparar a Amazônia à outras regiões onde é possível estabelecer contingentes de populações civilizadas em boas condições:

É tempo de fazer desaparecer de uma vez, pela eloquência das estatísticas e das constatações científicas, a lenda das molestias tropicaes. As moléstias como a saúde não dependem absolutamente das latitudes.” (...). “O clima do Pará é quente, mas a sua temperatura não sóbe jamais á altura thermometrica de muitas cidades de Europa em pleno verão. É quente, mas o calor é suportável por ser muito suavizado pelas chuvas, pela proximidade dos rios e pelos ventos alizados ou de Leste, que sopram constantemente (ÁLBUM, 1908, p.16,17).

Além disso, se olharmos os mapas resultantes da iconografia cartográfica dos séculos 19 e início do 20 perceberemos alguns efeitos interessantes: a gradual mostraçõ de possibilidade de fluxos controlados e direcionados pelas novas vias terrestres e fluviais; por

¹¹ APEP – Álbum ilustrado do governo: Álbum do Pará 1899, administração de José Paes de Carvalho. Secretaria do Governo. Parte descritiva: Dr. Henrique Santos Rosa; fotografias e composição de F.A. Fidanza.

¹² APEP – Álbum do Estado. Álbum ilustrado do Governo: Álbum do Pará 1908. Secretaria do Governo.

outro, a lenta e insistente fixação (ao menos nos documentos) ou sedentarização daqueles que se movem, no caso as populações indígenas e outros grupos migrantes e itinerantes, que passam a ser registrados fixamente nos mapas. uma espessa rede saberes e de relações com os territórios amazônicos e seus habitantes dos interiores foi tecida, nos quais inúmeros fragmentos de imagens e de discursos dispersos e difusos produzidos ao longo de pelo menos dois séculos retroalimentaram-se continuamente, antes que os processos de estabelecimentos se efetivassem.

Considerações finais

A narrativa produzida nesse texto, baseada principalmente em documentos de arquivos e revisão de textos bibliográficos, além de visitas a museus tornou possível demonstrar algumas das principais imagens e discursos que foram formuladas sobre os territórios e populações amazônicas durante os primeiros séculos após a ocupação europeia. Destacou-se o modo pelo qual os conhecimentos iam sendo constituídos e utilizados pelos que vinham depois. Cada qual ao seu modo, e com os seus interesses múltiplos tornaram possível a constituição de uma trama de saberes que veio a ser utilizada posteriormente para as lutas simbólicas e concretas travadas contra as populações locais na Amazônia. Não houve processos de dominação sem antes a aproximação e um escrutínio minucioso de cada parte da província, juntamente com a circulação das imagens e discursos decorrentes dessas estratégias de conhecimento e de “dar a ver”.

É importante destacar que esse trabalho de arqueologia das imagens e dos discursos tem uma continuidade em outros textos que serão publicados na sequência, destacando como os mecanismos de produção e circulação imagéticas foram mobilizados durante o século 20, culminando com a legitimação da “marcha para Oeste” empreendida em sucessivas tentativas.

Referências Bibliográficas

ADALBERTO, P. da P. Brasil: Amazonas–Xingu. Brasília: Senado Federal, 2002.

ANDRADE, K. dos S.; BASTIANI, C. A hodonímia do rio Araguaia nos séculos XVIII e XIX. *Tabuleiro de Letras*, n. 4, jun. 2012. AMOROSO, M. R. Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, p. 101–114, jun. 1998.

BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA – BNF. Globos de Coronelli. Exposição permanente BNF. 1722. (Descrição da obra).

BOLLE, W. A travessia pioneira da Amazônia (Francisco de Orellana, 1541-1542). In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (Ed.). *Amazônia, região universal e teatro do mundo: como a maior floresta do mundo pode determinar os rumos do planeta e a sobrevivência da espécie humana*. São Paulo: Editora Globo, 2010.

CASTRO, E. Políticas de estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (Ed.). *Amazônia, região universal e teatro do mundo: como a maior floresta do mundo pode determinar os rumos do planeta e a sobrevivência da espécie humana*. São Paulo: Editora Globo, 2010. p. 105–122.

CHAGAS, M. de S. Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 19, n. 19, jun. 2002.

CHELINI, M. J. E.; LOPES, S. G. B. De C. Exposições em museus de ciências: reflexões e critérios para análise. *Anais do Museu Paulista*, v. 16, n. 2, p. 205–238, 2008.

COUDREAU, H. A. *Voyage au Xingú: 30 mai 1896-26 octobre 1896*. Paris: A. Lahure, 1897.

DUTRA, M. S. A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta. Belém: NAEA, 2005.

DUVIOLS, J.-P. In: STADEN, H. (Ed.). *Véritable histoire et description d'un pays habité par des hommes sauvages, nus, féroces et anthropophages: situé dans le nouveau monde nommé Amérique, inconnu dans le pays de Hesse avant et depuis la naissance de Jésus-Christ jusqu'à l'année dernière*. Paris: A.M. Métaillé, 1979.

ENCICLOPÉDIA POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E ISA. Da primeira expedição à criação do Parque Xingu. Site internet. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xingu/1541>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

ERTZOGUE, M. H. Insubmissos e desertores: os barqueiros do Araguaia e a divisão do trabalho na navegação interprovincial (Goiás-Pará – século 19). *Revista Litteris*, v. 14, n.1, p. 46–69, 2014.

EXPLORATEURS. *Explorateurs à la découverte du monde: de l'Antiquité à nos jours*. Paris: Hachette Littératures, 1997.

EXPLORATEURS. *Explorateurs à la découverte du monde: de l'Antiquité à nos jours*. Paris: Hachette Littératures, 1997.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
GHEERBRANT, A. *L'Amazone, un géant blessé*. Paris: Gallimard, 1993.

LA CONDAMINE, C.-M. De. Viagem na América meridional: descendo o rio das Amazonas. Brasília: Senado Federal, 2000.

LABORIE, J.-C. La mission jésuite du Brésil: lettres e autres documents 1549-1570. Paris: Chandeigne, 1998.

LEROI-GOURHAN, A. et al. Les Explorateurs célèbres. Genève: L. Mazenod, 1947.

LÉRY, J. de. Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil (1578): 2e édition, 1580. Paris: Librairie générale française, 1994.

MAGALHÃES, J. V. C. de. Viagem ao Araguaia: 1852. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

MULLER-WIRTH, A. C. Le voyage scientifique et "mytique" de Charles de La Condamine en Amérique du Sud. In: BARTHÉLEMY, T.; COUROUCLI, M. (Ed.). Ethnographes et voyageurs: les défis de l'écriture, le regard de l'ethnologue. Paris: Éd. du CTHS, 2008. p. 109–125.

SILVA, R. I. da. Amazônia: paraíso e inferno! São Paulo: Biblioteca do Exército, 1970. v. 407.

SOUZA E MELLO, M. E. A. A reconquista da liberdade. Revista de História da Biblioteca Nacional, v. 2, n. 23, p. 76–79, 2007.

STADEN, H. Véritable histoire et description d'un pays habité par des hommes sauvages, nus, féroces et anthropophages: situé dans le nouveau monde nommé Amérique, inconnu dans le pays de Hesse avant et depuis la naissance de Jésus-Christ jusqu'à l'année dernière. Paris: A.M. Métailié, 1979.

THEVET, A. La cosmographie universelle d'Andre Thevet cosmographe du roy: illustree de diverses figures des choses plus remarquables veves par l'auteur. Tome premier. Paris, 1575. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or815980/or815980.pdf>
(Acesso em 29 set. 2017).

THIEME, I. Karl von den Steinen: vida e obra. In: COELHO, V. P. (Org.). Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu. São Paulo: Editora da USP, 1993.

VON DER STEINER, K. O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. v. 3